



**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH**  
**HOSPITAL METROPOLITANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - HMUE (CNPJ 23.453.830/0029-70)**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS		
	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	2025	2024
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equiv. de caixa	4	25.754.842	16.420.536	Receitas Operacionais	159.616.000	158.384.358		
Contas a receber	5	-	13.765.747	(-) Glosas	(5.747)	(67.600)		
Estoques	6	3.253.982	2.935.469	<b>Receita Líquida</b>	<b>159.610.253</b>	<b>158.316.758</b>		
Outros créditos		174.083	424.060	<b>Custos</b>				
Despesas antecipadas		18.181	17.142	Serviços de terceiros	(86.825.492)	(80.430.543)		
Contratos de gestão	3m	65.360.000	68.800.000	Pessoal e encargos	(30.939.471)	(28.338.857)		
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>94.561.088</b>	<b>102.362.954</b>	Materiais e medicamentos	(27.569.018)	(24.683.139)		
<b>Não Circulante</b>								
Imobilizado - Próprio	7a	1.104.970	539.897	<b>Superávit / (Déficit) Líquido</b>	<b>14.276.272</b>	<b>24.864.219</b>		
Intangível - Próprio	7b	-	434	<b>Despesas</b>				
<b>Total do Ativo não Circ.</b>		<b>1.105.264</b>	<b>540.331</b>	Pessoal e encargos	(7.734.868)	(7.084.714)		
<b>Total do Ativo</b>		<b>95.666.352</b>	<b>102.903.285</b>	Serviços de terceiros	-	-		
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	8	9.754.513	10.078.808	Impostos, taxas e contribuições	(134.979)	(14.438)		
Obrigações trabalhistas	9	6.231.564	6.155.171	Depreciação/amortização	(96.247)	(53.663)		
Obrigações sociais	10	1.017.309	1.541.640	Desp. gerais e administrativas	14	(12.319.232)	(12.954.571)	
Obrigações fiscais		414.892	406.497	<b>Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(6.009.054)</b>	<b>4.756.833</b>		
Outras contas a pagar	11	1.060.552	1.441.526	<b>Financeira Líquidas</b>				
Partes relacionadas	12	392.160	320.000	Despesas financeiras	(152.442)	(145.967)		
Contratos de gestão	3m	65.360.000	68.800.000	Receitas financeiras	1.584.179	1.153.785		
<b>Total do Passivo Circul.</b>		<b>84.230.990</b>	<b>88.743.642</b>	<b>Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas</b>	<b>(4.577.317)</b>	<b>5.764.651</b>		
<b>Não Circulante</b>								
Provisões p/Contingências	13	-	34.191	<b>Outras Despesas e Receitas</b>				
<b>Total do Passivo Não Circ.</b>		<b>-</b>	<b>34.191</b>	Doações e subvenções	70.590	25.450		
<b>Patrimônio Social</b>		<b>14.125.452</b>	<b>8.317.310</b>	Outras receitas e despesas	1.816.637	18.041		
Patrimônio social		14.125.452	8.317.310	<b>Superávit / (Déficit) do Exercício</b>	<b>(2.690.090)</b>	<b>5.808.142</b>		
Superávit (déficit) acumulado		(2.690.090)	5.808.142	<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social</b>				
<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>11.435.362</b>	<b>14.125.452</b>					
<b>Total do Passivo e Patr. Soc.</b>		<b>95.666.352</b>	<b>102.903.285</b>	<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>4.073.415</b>	<b>4.243.895</b>	<b>8.317.310</b>	
<b>Demonstrações dos Resultados Abrangente</b>								
		2025	2024	Incorp. ao Patrimônio Social	4.243.895	(4.243.895)	-	
<b>Superávit / (Déficit) do Exer.</b>		<b>(2.690.090)</b>	<b>5.808.142</b>	Superávit / (Déficit) do Exercício	-	5.808.142	5.808.142	
Outros resultados abrangentes		-	-	<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>8.317.310</b>	<b>5.808.142</b>	<b>11.435.452</b>	
<b>Total Resultado Abrangente</b>		<b>(2.690.090)</b>	<b>5.808.142</b>	Incorporação ao Patr. Social	5.808.142	(5.808.142)	-	
				Superávit / (Déficit) do Exercício	-	2.690.090	(2.690.090)	
				<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>14.125.452</b>	<b>(2.690.090)</b>	<b>11.435.362</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO		
	2025	2024
<b>Receitas</b>	<b>161.497.480</b>	<b>158.360.249</b>
Serviços prest. pacientes SUS	159.616.000	158.384.358
Outras receitas e despesas	(5.747)	43.491
(-) Glosas	1.887.227	(67.600)
<b>Ínsumos adqir. de terc.</b>	<b>(126.713.742)</b>	<b>(118.068.253)</b>
Serviços de terceiros	(86.825.492)	(80.430.543)
Materiais e medicamentos, Despesas gerais e administ.	(39.888.250)	(37.637.710)
<b>Valor adic. bruto (1-2)</b>	<b>34.783.738</b>	<b>40.291.996</b>
<b>Retenções</b>	<b>(96.247)</b>	<b>(53.663)</b>
Depreciação/amortização	(96.247)	(53.663)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>	<b>34.687.491</b>	<b>40.238.333</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.584.179</b>	<b>1.153.785</b>
Receitas financeiras	1.584.179	1.153.785
<b>Valor adic. total a distr (5+6)</b>	<b>36.271.670</b>	<b>41.392.118</b>
<b>Distrib. do valor adicionado</b>	<b>36.271.670</b>	<b>41.392.118</b>
Pessoal e encargos	38.674.339	35.423.571
Impostos, taxas e contribuições	134.979	14.438
Despesas financeiras	152.442	145.967
Superávit / (Déficit) do Exercício	(2.690.090)	5.808.142

**Notas Explicativas**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais** O Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE) está localizado na BR-316, KM 3, s/n, Bairro - Guanabara, Ananindeua/PA, CEP: 67.010-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. **b. Contrato de Gestão:** Considerando o Contrato de Gestão nº 002/SESPA/2024 celebrado entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidas no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), vigente até 27 de maio de 2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CG/CEB/DC/CEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. **c. Contrato de Gestão:** Em 2025 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produ-

tos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 2.690.090 no exercício. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 13 de Março de 2026. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de custos lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os

exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Informática	20%
Aparelhos Telefônicos	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

**Taxa Anual de Amortização - %**

Software	20%
----------	-----

**e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Jurídicos:** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de

Continua...

## Continuação..

realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2025	2024
Caixa em espécie	4.000	4.000
Banco conta movimento	3.014.434	3.182.062
Aplicações finan. de liquidez imediata	22.736.408	13.234.474
<b>Total</b>	<b>25.754.842</b>	<b>16.420.536</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração

**7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: a. Imobilizado - Próprio**

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telêfônicos	Eq. Inform.	Instrum. de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utens. Hosp.	Total
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	1.762	2.128	83.763	57.932	18.544	10.039	2.672	176.840
Aquisições	23.260	638	72.700	208.478	50.787	31.059	29.658	416.580
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(2.029)	(536)	(23.486)	(19.553)	(4.249)	(2.243)	(1.427)	(53.523)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>22.993</b>	<b>2.230</b>	<b>132.977</b>	<b>246.857</b>	<b>65.082</b>	<b>38.855</b>	<b>30.903</b>	<b>539.897</b>
Em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	22.993	2.230	132.977	246.857	65.082	38.855	30.903	539.897
Aquisições	27.318	1.298	35.089	29.119	168.227	18.915	381.633	661.599
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(365)	(365)
Depreciação	(3.153)	(853)	(37.821)	(28.493)	(13.996)	(5.044)	(6.801)	(96.161)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>47.158</b>	<b>2.675</b>	<b>130.245</b>	<b>247.483</b>	<b>219.313</b>	<b>52.726</b>	<b>405.370</b>	<b>1.104.970</b>

**b. Intangível - Próprio**

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	574	574
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(140)	(140)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>434</b>	<b>434</b>
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	434	434
Aquisições	7	7
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(147)	(147)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>294</b>	<b>294</b>

**8. FORNECEDORES**

	2025	2024
Materiais e medicamentos	1.283.722	1.380.936
Serviços	2.651.772	2.606.969
Serviços médicos	5.061.102	4.949.975
Diversos	757.917	1.140.928
<b>Total</b>	<b>9.754.513</b>	<b>10.078.808</b>

**9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	2.730.261	2.866.617
Provisão férias	3.240.597	3.045.379
Provisões FGTS s/férias	258.627	243.175
Outras provisões	2.079	-
<b>Total</b>	<b>6.231.564</b>	<b>6.155.171</b>

**10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	2025	2024
INSS a recolher	315.791	499.862
FGTS a recolher	282.924	480.170
Empréstimos FGTS	212.062	-
IRRF s/ folha a recolher	184.491	541.277
Contr. sindical	22.041	20.331
<b>Total</b>	<b>1.017.309</b>	<b>1.541.640</b>

**11. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

**5. CONTAS A RECEBER:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 27/05/2026.

	2025	2024
Contrato 002/SESPA/2024	-	13.765.747
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>13.765.747</b>

**6. ESTOQUES**

	2025	2024
Drogas e medicamentos	721.634	714.265
Materiais de manutenção	347.544	369.268
Dietas enterais e parenterais	96.401	67.485
Fios cirúrgicos	42.069	35.844
Materiais de uso do paciente	1.038.558	844.467
Limpeza e higienização	111.701	81.208
Materiais de laboratório	5.886	7.044
Demais materiais	890.189	815.888
<b>Total</b>	<b>3.253.982</b>	<b>2.935.469</b>

Trabalhista	410.120	467.531
<b>Total</b>	<b>556.588</b>	<b>570.399</b>

**14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2025	2024
Serviços de gestão	(4.824.220)	(3.845.633)
Energia elétrica	(3.137.176)	(4.489.419)
Aluguel de máquinas	(3.713.755)	(3.662.754)
Água e esgoto	(171.858)	(446.328)
Viagens e hospedagem	(133.793)	(113.016)
Provisões para contingências	34.191	(34.191)
Outros	(372.121)	(363.230)
<b>Total</b>	<b>(12.319.232)</b>	<b>(12.954.571)</b>

**15. RENÚNCIA FISCAL:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	8.914.898	9.107.142
INSS	8.914.898	9.107.142
COFINS	4.788.480	4.751.531
<b>COFINS</b>	<b>4.788.480</b>	<b>4.751.531</b>
<b>Total</b>	<b>13.703.378</b>	<b>13.858.673</b>

**16. COBERTURA DE SEGUROS:** Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

**17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. financ. de liquidez imediata	22.736.408	13.234.474
Contas a receber	-	13.765.747
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>22.736.408</b>	<b>27.000.221</b>
Fornecedores	9.754.513	10.078.808
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>9.754.513</b>	<b>10.078.808</b>

**18. GESTÃO DE RISCOS:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros

**i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inevitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

**19. EVENTOS SUBSEQUENTES:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 002/SESPA/2024 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 27 de maio de 2026.

Ananindeua - PA, 13 de Março de 2026.

José Batista Luz Neto

Diretor Operacional

CPF. xxx.807.103-xx

Lienay Teixeira de Macedo Koury

Contadora - CRC/ PA - 021003/0

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH. Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência. Ananindeua- PA.

**Opinião com ressalva:** Examinamos as Demonstrações Financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto

Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva: Provisão para contingências trabalhistas** - Em 31 de dezembro de 2025, o Hospital possuía processos trabalhistas em curso, dos quais os assessores jurídicos da Entidade estimaram provável perda no montante de R\$ 344.833. Entretanto, a Administração do Hospital não reconheceu, até a emissão desse relatório, a provisão para passivos contingentes, conforme determinação do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, o passivo não circulante está apresentado a menor e o resultado do exercício a maior, no montante apresentado anteriormente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos:

**Renovação de contrato de gestão** Conforme descrito nas

Continua...

**Continuação...**

notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência está vigente até 27 de maio de 2026, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado a totalidade de eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências.

**Imobilizado de gestão** - Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis.

**Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes.

**Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 17 de março de 2025, sem modificações.

**Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2026.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/0-2. Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/0-6

Protocolo: 1305652

# Flauta de Bambu

## 2ª Edição



**HAROLDO MARANHÃO**, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em "A Estranha Xícara", de 1968, estreia do autor no livro, e "Voo de Galinha", seu terceiro título.



**DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.ioepa.com.br](http://www.ioepa.com.br), sexta-feira, 20 de março de 2026 às 10:22:37.